19ª Legislatura

ESTADO DE SANTA CATARINA

2ª Sessão Legislativa

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

www.alesc.sc.gov.br/diario-da-assembleia

ANO LXIX FLORIANÓPOLIS, 28 DE SETEMBRO DE 2020 NÚMERO 7.713

MESA

Julio Garcia
PRESIDENTE

Mauro de Nadal
1º VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Minotto
2º VICE-PRESIDENTE

Laércio Schuster
1º SECRETÁRIO

Pe. Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO

Altair Silva
3º SECRETÁRIO

Nilso Berlanda
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Líder: Paulinha
Vice-Líder: Coronel Mocellin

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
Líder: Luiz Fernando Vampiro

PARTIDO SOCIAL LIBERAL
Líder: Sargento Lima

PARTIDO LIBERAL
Líder: Ivan Naatz

BLOCO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Milton Hobus
Vice-Líder: Marcos Vieira
Lideranças dos Partidos que compõem o Bloco:
PSD Kennedy Nunes
PDT Paulinha
PSDB Marcos Vieira
PSC Jair Miotto

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Fabiano da Luz

PARTIDO NOVO
Líder: Bruno Souza

BLOCO PARLAMENTAR
Líder: Nazareno Martins
Vice-Líder: José Milton Scheffer
Lideranças dos Partidos que compõem o Bloco:
PP João Amin
PSB Nazareno Martins
REPUBLICANOS
Sergio Motta

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Romildo Titon - Presidente
Ivan Naatz – Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Paulinha
Fabiano da Luz
Luiz Fernando Vampiro
João Amin
Ana Campagnolo
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
Volnei Weber – Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Ismael dos Santos
Luciane Carminatti
Jerry Comper
Ivan Naatz
Nazareno Martins
Ana Campagnolo

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO
João Amin - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Luciane Carminatti
Jerry Comper
Romildo Titon
Ricardo Alba

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA
Felipe Estevão - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Neodi Saretta
Volnei Weber
Luiz Fernando Vampiro
Nazareno Martins

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
Paulinha - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Fabiano da Luz
Moacir Sopelsa
Volnei Weber
João Amin
Nazareno Martins
Sargento Lima
Marcius Machado

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Dr. Vicente Caropreso - Presidente
José Milton Scheffer – Vice-Presidente
Marlene Fengler
Luciane Carminatti
Valdir Cobalchini
Fernando Krelling
Jessé Lopes

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL
Fernando Krelling - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jair Miotto
Ada De Luca
Ivan Naatz
Felipe Estevão

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Marcos Vieira - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Milton Hobus
Fernando Krelling
Jerry Comper
Bruno Souza
José Milton Scheffer
Sargento Lima
Marcius Machado

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL
José Milton Scheffer - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Marcos Vieira
Neodi Saretta
Volnei Weber
Coronel Mocellin

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA , MINAS E ENERGIA
Jair Miotto - Presidente
Luiz Fernando Vampiro - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Luciane Carminatti
Ada De Luca
Bruno Souza
Felipe Estevão

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
Ivan Naatz - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Jair Miotto
Luiz Fernando Vampiro
Romildo Titon
Marcius Machado

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
Ada De Luca - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Milton Hobus
Moacir Sopelsa
Bruno Souza
Jessé Lopes

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO
Ricardo Alba - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Dr. Vicente Caropreso
Luiz Fernando Vampiro
Romildo Titon
Sergio Motta

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL
Milton Hobus - Presidente
Coronel Mocellin - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Fabiano da Luz
Jerry Comper
Volnei Weber
Nazareno Martins

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
Maurício Eskudlark - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Milton Hobus
Fabiano da Luz
Valdir Cobalchini
Ada De Luca
Bruno Souza

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Luciane Carminatti - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Paulinha
Fernando Krelling
Nazareno Martins
Ana Campagnolo

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Marcius Machado - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Jair Miotto
Neodi Saretta
Moacir Sopelsa
Romildo Titon
Bruno Souza

COMISSÃO DE SAÚDE
Neodi Saretta - Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Ismael dos Santos
Valdir Cobalchini
Ada De Luca
José Milton Scheffer
Coronel Mocellin

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Sergio Motta - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Jair Miotto
Paulinha
Romildo Titon
Jessé Lopes

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS
Ismael dos Santos - Presidente
Fernando Krelling - Vice-Presidente
Jair Miotto
Luciane Carminatti
Ada De Luca
Sergio Motta
Sargento Lima

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS
Jerry Comper - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Neodi Saretta
Moacir Sopelsa
João Amin
Ricardo Alba

DIRETORIA LEGISLATIVA

Coordenadoria de Publicação:
Responsável pela editoração, diagramação e por tornar público os atos da Assembleia Legislativa.

Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:
Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.

DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES

Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:
Responsável pela impressão.

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

EXPEDIENTE

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIX
NESTA EDIÇÃO: 12 PÁGINAS

ÍNDICE

Plenário
Ata da 060ª Sessão Ordinária realizada em 02/09/2020 2
Atos da Mesa
Ato da Mesa 5
Publicações Diversas
Atas de Comissões Permanentes 6
Aviso de Sessão Pública 9
Portarias 9
Tribunal Especial de Julgamento 9

PLENÁRIO

ATA DA 060ª SESSÃO ORDINÁRIA
DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2020
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Altair Silva - Ana Campagnolo - Bruno Souza - Coronel Mocellin - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Felipe Estevão - Fernando Krelling - Ismael dos Santos - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopelsa - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Ricardo Alba - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Sargento Lima - Sergio Motta - Valdir Cobalchini - Volnei Weber.
PRESIDÊNCIA - Deputado Julio Garcia

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária**.** Solicita a leitura das atas das sessões anteriores para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores Deputados.

Passa ao horário reservado às Breves Comunicações.

****

Breves Comunicações

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (Orador) - Faz menção aos 170 anos da cidade de Blumenau, comemorado no dia 2 setembro, relatando, historicamente, a vinda do luterano Dr. Hermann Otto Blumenau e mais 17 colonos para o Brasil, em 1850, que teve como objetivo estabelecer uma colônia agrícola em terras brasileiras.

Seguindo a sua narrativa, divulga que por volta de 1880, chegava também em Blumenau a famosa fábrica de tricotagem, a Hering, despertando a vocação empresarial. Conta que a partir daí surgiram vários ramos de produção, como cristais, porcelanas, malhas, chocolates, cama, mesa, banho e, recentemente, com grande desempenho em *software,* tornando-se um dos principais polos de produção de aplicativos no Brasil, além de destacar a área da saúde na liderança em transplante.

Enaltece o Município de Blumenau que nasceu sob o signo do trabalho, do charme e da cidadania, lembrando que o Brasil, ainda sob a égide do império, da escravidão, a cidade citada, enquanto colônia, já despontava como reduto de liberdade. Resalta também o charme na beleza de suas edificações em estilo enxaimel, a alegria do povo com suas bandas, festas típicas, gastronomia, da beleza natural, além de ser um povo acolhedor, determinado, atuante ao bem comum, recordando a primeira grande enchente em 1851 e, após as que se seguiram, como a calamidade de 2008 e, sempre, socorrendo seus conterrâneos atingidos pelas enchentes na região.

Finaliza, manifestando orgulho da história de seus 170 anos de fundação, e parabeniza os blumenauenses com muito orgulho. *[Taquígrafa: Elzamar]*

DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO (Orador) - Saúda todos os blumenauenses, especialmente os conterrâneos de sua cidade natal. Na oportunidade, envia um abraço aos Deputados Ricardo Alba, Ismael dos Santos, ao Prefeito e Vereadores, em nome de Sylvio Zimmermann, e aos habitantes de Blumenau. Complementa sua saudação, dizendo que recebeu uma foto antiga de um grupo de médicos do Hospital Santa Isabel, relembrando os que também participaram da história da cidade desde a época do Dr. Blumenau.

Agradece ao Governo do Estado por importante conquista para a região do Vale do Itapocu, a respeito da autorização e publicação de editais de licitação das obras, e cita viadutos, pontes para a finalização da duplicação da BR-280, no trecho estadualizado entre Jaraguá do Sul e Guaramirim. Complementa o assunto, dizendo que o trecho concedido por 20 anos ao Estado de Santa Catarina, pela União, em 2014, foi divulgado na época do Governador Raimundo Colombo, e que a obra teve início em 2017, porém interrompida por problemas administrativos, e reiniciada em outubro do ano de 2019.

Na oportunidade, destaca a participação de várias lideranças de associações comerciais da região nas pessoas

dos senhores Luis Leigue e Anselmo Ramos, de Jaraguá do Sul; da Associação Comercial de Guaramirim, presidida por Gilberto Ronchi; da Associação dos Municípios do Vale do Itapocu, Amvali; e da Associação de Câmaras e Vereadores do Vale de Itapocu, Avevi, agradecendo ao Governador, ao Secretário da Infraestrutura a retomada de importante obra em prol da segurança dos catarinenses.

Na sequência de sua fala, expõe outra situação incômoda divulgada pela Secretaria Especial de Comunicação Social do Governo Federal, Secom, sobre a não obrigatoriedade dos brasileiros serem vacinados contra a Covid-19, e faz um apelo ao Governo Federal que reavalie a decisão tomada em prol do importante avanço da Ciência, que é a vacinação.

Finaliza, enaltecendo os profissionais de saúde e espera que Assembleia Legislativa realize uma sessão especial, reconhecendo o louvável trabalho daqueles que ainda estão à frente, atuando incansavelmente pelo bem-estar da população catarinense. *[Taquígrafa: Elzamar]*

DEPUTADO MARCIUS MACHADO (Orador) - Apresenta um vídeo de uma campanha publicitária idealizada por uma rede de *Fast Food* contra o voto em branco.

Alega que trouxe o fato, porque a maioria dos eleitores busca se rebelar, votando em branco, procedimento por ele adotado outrora, quando votou pela primeira vez, devido à postura de um candidato, oferecendo favores em troca de voto. Conta que não satisfeito com o fato, decidiu estudar o assunto, chegando à conclusão de que a transformação é feita por homens e mulheres, e a eleição é um dos caminhos para concorrer.

Finaliza, sugerindo ao Presidente da Assembleia promover uma campanha para orientar os eleitores da consequência do voto em branco.

Deputada Ada De Luca (Aparteante) - Parabeniza o Deputado por abordar relevante tema, esclarecendo o eleitor da importância do voto no ambiente democrático. *[Taquígrafa: Elzamar]*

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Registra que a sugestão do Deputado Marcius Machado será encaminhada à Diretoria de Comunicação.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (Oradora) - Parabeniza o Deputado Marcius por sua fala, pois percebe nos últimos anos a criminalização da política, sendo que continuará havendo eleições e não se deve afastar delas, ou falar dos políticos de forma jocosa, mas sim, se aproximar, cobrando, acompanhando e ajudando a construir. E, da mesma forma, reitera ao Presidente a importância da Assembleia Legislativa promover campanha educativa para que a sociedade aproxime-se da política, reportando-se às pessoas do povo que atuam nas ações comunitárias, nas escolas, na saúde, e isso é política que se traduz depois no período eleitoral.

Relata sobre a questão da assistência social, lembrando que houve uma audiência com o Governador do Estado para tratar do assunto, fato inédito para esse setor, e mesmo não tendo uma resposta concreta no encontro, foi uma oportunidade do Chefe do Executivo perceber a dura realidade do Sistema Único de Assistência Social que acontece nos municípios.

Afirma que começa a ter dúvidas se realmente o Governador enxergou, de fato, a situação da assistência social, porque, até agora, ele não pagou as emendas que reforçam esse sistema, são R$ 42 milhões. Diz que houve uma grande luta para incluir esse reforço na Lei Orçamentária Anual, com uma emenda de R$ 30 milhões, de sua autoria, e outra de R$ 12 milhões do Deputado Altair Silva, sendo que o Governo separou do seu caixa para a assistência social apenas R$ 17 milhões. Ressalta que é sabido que essa quantia não dá conta de financiar uma política pública tão abrangente e necessária quanto a assistência social. Exemplifica ao dizer que o acolhimento de uma criança, em situação vulnerável, custa oito mil reias por mês, multiplicando esse custo por todos os acolhimentos, sem dúvida nenhuma, o resultado da conta será negativo. E, com a pandemia, elevando a demanda de cestas básicas e auxílios funerais nos centros de referências dos municípios.

Registra que tem se falado muito sobre a saúde, mas a assistência social é um serviço público tão relevante quanto, e tem recebido pouca ou nenhuma atenção. As demandas da saúde, após a pandemia, irão se estabilizar, ao contrário da assistência social por conta de toda a vulnerabilidade gerada. Argumenta isso na condição de coordenadora da Frente Parlamentar e do Comitê Estadual Suas-SC Covid-19, em defesa da vida, do Sistema Único de Assistência Social em Santa Catarina.

Comenta sobre reunião com a Fecam e com o Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social, para tratar da urgência da liberação das emendas, e diz que o cenário é dramático, pois o Estado tem 392 centros de referência, onde os serviços são prestados à população, e os recursos que mantêm os Cras vêm da receita dos municípios. Relata que cada prefeitura recebe do Estado o equivalente a cinco mil reais por mês, o que é inacreditável, pois não paga nem o salário de um assistente social, pois são necessários de oito a dez profissionais para a demanda nesses órgãos.

Acrescenta que foi deliberada uma reunião com a Secretaria de Estado da Fazenda, bem como com a do Desenvolvimento Social e o Governador, para tratar da liberação urgente desses R$ 42 milhões, bem como a possibilidade de autonomia para os municípios e a indicação do prazo de quando cairão na conta. Solicita também o envolvimento dos colegas Parlamentares e de toda sociedade, pois a responsabilidade com as crianças, idosos, mulheres, pessoas com deficiência, é de todos. *[Taquígrafa: Eliana]*

DEPUTADO JESSÉ LOPES (Orador) - Relata que o Brasil apresentou uma baixa de 10% no PIB, neste último trimestre, e era esperado que isso acontecesse, uma vez que foi restringida a oportunidade ao trabalho para as pessoas, mas considera espantoso ver militantes colocando essa conta para o Presidente pagar.

Relembra um pronunciamento polêmico do Presidente, ao exibir um vídeo com alguns trechos no telão do Plenário. Comenta que, além de mito, ele é um profeta, porque no dia 24 de março Bolsonaro falou o que exatamente aconteceu, e quando fez a referida fala o mundo desabou em sua cabeça, e, mais uma vez, mostrou estar 100% correto.

Ressalta que a esquerda é mentirosa e dissimulada, ou são analfabetos, porque provavelmente não sabem o que é PIB (Produto Interno Bruto). As pessoas foram incentivadas a ficar em casa porque a saúde era mais importante e, agora, estão preocupados com a economia. O pessoal do contra, o tempo inteiro, tem colocado a culpa de tudo no Presidente.

Solicita que seja mostrado, no telão do Plenário, um *outdoor* que está sendo espalhado em Santa Catarina, remetendo o Presidente Bolsonaro como culpado da situação das mortes pela Covid-19. Diz que isso foi patrocinado pela Associação dos Servidores das Escolas Federais, e indaga se os associados sabem das bandeiras do Sinasefe, citando algumas (que devem cair do céu), como educação pública e gratuita, de qualidade e laica; democratização das instituições; redução da jornada de trabalho sem redução salarial; contra todo tipo de discriminação ou intolerância racial, LGBT Fóbica, de gênero; autonomia da classe trabalhadora frente ao Estado. Pergunta se todos que contribuem para essa entidade sabem o que estão pagando.

Relata que quem teve autonomia para tomar as rédeas e decidir o que fazer, na pandemia, com relação à Covid, como forma de medida contra essa doença, foi o STF, o qual decidiu que os estados e municípios teriam poder para estabelecer as regras sobre o isolamento, salientando que o Governo Federal pouco tinha qualquer tipo de autonomia para mandar ou desmandar quanto às regras do isolamento.

Menciona que Governadores e Prefeitos têm culpa pela questão do desemprego, porque se não tinham certeza quanto às mortes, se daria certo os cuidados, o *lockdown*, ainda assim falaram para as pessoas ficarem em casa, não irem trabalhar, o que certamente levaria a perda do emprego; também a arrecadação será menor, com menos dinheiro para o SUS, causando um colapso, pois as pessoas que antes podiam pagar um plano de saúde já não podem mais, e estão indo para o SUS, aumentando a demanda para o Estado.

Reforça que Bolsonaro enviou para o Estado R$ 2,9 bilhões para ajudar na Covid-19, isso a mais do que já envia normalmente. O desemprego aumenta, mesmo após a flexibilização, são 530 mil demissões, e a arrecadação do Estado continua baixa. Diz que a fome ameaça matar mais pessoas que o coronavírus, e a depressão e o suicídio devem marcar nova onda da Covid-19.

Afirma que o Presidente alertou o Brasil, antes, e o ridicularizaram. Indaga se a turma do "fique em casa" irá sentir-se culpada pela situação que ajudaram a causar, dizendo que o importante era a saúde e o emprego se via depois. Adverte que são essas mesmas pessoas que lutam pela legalização de drogas, legalização do aborto, e que apóiam e admiram regimes totalitários genocidas. *[Taquígrafa: Eliana]*

****

Partidos Políticos

Partido: PT

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (Oradora) - Discorre sobre o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, esperando que a segunda fase do Programa seja diferente da primeira, quando uma multidão de microempresários ficou sem receber nenhum valor.

Afirma que, em Santa Catarina, as micro e pequenas empresas correspondem a mais da metade dos negócios ativos e que, apenas, 11 mil conseguiram concretizar a linha de crédito, sendo que dessas, as microempresas ficaram com apenas 28,2% dos recursos, enquanto as pequenas levaram 71,8%, isso porque a rede bancária preferiu emprestar para as pequenas empresas, que possuem maior porte e mais recursos.

Conta que solicitou audiência com o Secretário de Estado da Fazenda para pedir que

articule, junto ao Governo Federal, medidas mais inclusivas e capazes de atender a maioria dos empreendedores catarinenses.

Conclui, informando que foi aprovado o orçamento de guerra, autorizando o Presidente da República a garantir todo o recurso necessário para saúde, educação, segurança, geração de empregos e outras áreas, com a intenção de permitir que todos os setores tenham condições de se restabelecer. *[Taquigrafia: Roberto]*

Partido: PSD

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Orador) - Inicia enaltecendo o relatório da CPI dos Respiradores, dizendo que o mesmo representa um extrato da verdade. Critica veículos de comunicação catarinenses e comentaristas políticos que tratam o pedido de *impeachment* como uma articulação política.

Lê trecho do parecer emitido pelo Ministro do Supremo Tribunal de Justiça, Benedito Gonçalves: "Há, portanto, fortes indícios da participação do governador Carlos Moisés nas ilicitudes praticadas, que causaram danos graves ao povo de Santa Catarina". Informa que a decisão do Ministro foi passar o inquérito à Polícia Federal para que, no prazo de 90 dias, promova as diligências tendentes a colheitas de provas acerca de práticas dos possíveis crimes, sem prejuízo de outros.

Comemora a decisão do Ministro e diz que o parecer significa uma lavagem na alma dos catarinenses, que viu seu Estado sendo roubado durante a pandemia. *[Taquigrafia: Roberto]*

Partido: PSL

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) - Diz ter enfrentado algumas críticas durante a CPI e a principal delas era que tudo iria "terminar em pizza". Lembra que o trabalho do Parlamento catarinense, mais uma vez, não se fez ausente diante dos anseios da sociedade, e se mostra satisfeito pelo andamento de todo o processo. Comenta que Santa Catarina não é uma terra sem lei, cita Deputados e suas falas, concluindo que a cada dia aprende mais, como a respeitar o Parlamento e a Justiça.

Reforça que havia, sim, indicativos que o Governador sabia de todo o processo de compra dos respiradores. Enaltece o trabalho realizado pelo Ministério Público Federal, e cita que, em todo território nacional, aconteceram situações semelhantes a essa de Santa Catarina.

Finaliza, dizendo que a política mudou, e muitos já se deram conta disso, e que a transparência no trabalho realizado serve para alicerçar as investigações.

Deputado Moacir Sopelsa (Aparteante) - Lembra que na noite de entrega do relatório da CPI, todos conversaram e disseram que não estavam ali para julgar e, sim, para fazer um trabalho de transparência ao povo catarinense e que, agora, os fatos estão sendo esclarecidos. *[Taquigrafia: Guilherme]*

Partido: MDB

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI (Orador) - Faz um breve comentário sobre a CPI e diz que o resultado foi unânime pela aprovação do relatório, pois o trabalho foi realizado com extrema responsabilidade e muita seriedade.

Diz que a Operação Oxigênio, comandada pelo Ministério Público, o Gaeco, com a participação do Tribunal de Contas, deu elementos para a CPI chegar a um relatório, e mostrando que estavam no caminho certo. Comenta do seu voto favorável e a fala de que iria dormir com a consciência tranquila.

Reforça que o relatório foi construído a muitas mãos, que todos cooperaram e que é uma síntese do que aconteceu, e diz que são constrangedoras as ações praticadas pelos envolvidos na compra dos respiradores fantasmas.

Cita uma frase dita por Ulysses Guimarães, que dizia: "Não roubar, não deixar roubar, pôr na cadeia quem rouba". E reforça que neste caso aconteceu tudo isso.

Fala que não se tem alegria nessas ações e, sim, pelo trabalho realizado, entendendo que tem a obrigação de contribuir para que legislações mudem, não permitindo que se repita o que aconteceu.

Deputado Moacir Sopelsa (Aparteante) - Agradece ao Presidente Julio Garcia por ter oferecido toda a estrutura da Casa para o processo da CPI, e lembra que o Parlamento é o fiscalizador do Estado, e que não restam dúvidas sobre o ocorrido dentro dos fatos citados. *[Taquigrafia: Guilherme]*

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Neste momento, o sr. Presidente suspende a sessão até o horário reservado à Ordem do Dia.

****

Ordem do Dia

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Reabre a sessão e dá início à pauta da Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0031/2020.

Não há emenda à redação final.

Em votação.

Os srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0424/2019.

Não há emenda à redação final.

Em votação.

Os srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade da Medida Provisória n. 0229/2020, de autoria do Governador do Estado, que dispõe sobre a destinação de recursos em caráter emergencial aos trabalhadores e às pessoas jurídicas do setor cultural catarinense, com o objetivo de mitigar os prejuízos econômicos advindos da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a admissibilidade da MP n. 0229/2020.

Pedido de Informação n. 0599/2020, de autoria do Deputado Kennedy Nunes, solicitando à Secretaria de Estado da Fazenda e Casa Civil de Santa Catarina, informações acerca do Decreto 737/2020, de 22 de julho de 2020, onde estabeleceu teto no valor de R$ 70.000,00 para obter isenção do IPVA.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0600/2020, de autoria do Deputado Jessé Lopes, solicitando ao Secretário de Estado da Educação, informações acerca da modalidade de Educação Básica em Tempo Integral, no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0601/2020, de autoria do Deputado Jessé Lopes, solicitando ao Secretário de Estado da Fazenda, informações acerca da arrecadação do imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0418/2020, de autoria do Deputado Ismael dos Santos, manifestando apelo ao Ministro da Economia pela não aprovação da alíquota de 12%, proposta na reforma tributária, para a venda de livros.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0419/2020, de autoria do Deputado Kennedy Nunes, solicitando à Secretaria de Estado da Fazenda - Grupo Gestor de Governo, para realizar o processo seletivo interno CFC/2020 ou, para o devido aproveitamento, proceda com a segunda chamada do Edital nº 056/FAPOM - CFC 2019.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0420/2020, de autoria do Deputado Marcius Machado, manifestando apelo ao Presidente do Brasil e demais autoridades pelo congelamento dos preços no ramo alimentício ou a limitação da exportação agrícola brasileira, face aos aumentos abusivos que vêm ocorrendo no preço dos alimentos.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. Deputados: Bruno Souza, Jessé Lopes e Marcius Machado.

Em votação.

Os srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada com os votos contrários dos srs. Deputados Bruno Souza e Jessé Lopes.

Moção n. 0421/2020, de autoria do Deputado Marcius Machado, manifestando aplauso ao Diretor-Executivo da Rede Burguer King do Brasil pela criação de uma peça publicitária contra o voto nulo ou branco.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0422/2020, de autoria do Deputado Jessé Lopes, manifestando repúdio à Prefeitura do Município de Curitibanos que, com base em lei que promete defender o bem estar animal, está multando populares que alimentam e tratam animais comunitários.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0423/2020, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini, manifestando aplauso ao Conselho Regional de Educação Física do Estado de Santa Catarina pela comemoração do Dia do Profissional de Educação Física.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Requerimento n. 1232/2020, de autoria do Deputado Jessé Lopes, solicitando ao Secretário Municipal de Educação de Florianópolis, informações acerca da existência de instituições de ensino básico no município que operem em tempo integral.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1237/2020, de autoria do Deputado Jessé Lopes, solicitando ao Prefeito Municipal de Curitibanos, informações acerca da Lei Municipal de Proteção e Bem Estar Animal, de nº 217/2019.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 1233/2020, de autoria do Deputado Marcos Vieira; 1234/2020, 1235/2020, 1238/2020, 1239/2020, 1240/2020 e 1241/2020, de autoria do Deputado Nilso Berlanda; 1236/2020, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso.

A Presidência comunica, ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 1720/2020, de autoria do Deputado Felipe Estevão; 1721/2020, de autoria do Deputado Sargento Lima; 1722/2020, de autoria do Deputado Maurício Eskudlark; 1723/2020, de autoria do Deputado Marcius Machado; 1724/2020, de autoria do Deputado Jessé Lopes; 1725/2020, 1728/2020 e 1729/2020, de autoria do Deputado Bruno Souza; 1726/2020 e 1727/2020, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini.

Finda a pauta da Ordem do Dia. [Transcrição: Taquígrafa Sílvia]

Neste momento, "a Presidência consulta os srs. Líderes se, na sessão de amanhã, podemos suprimir o horário de Breves Comunicações e dos Partidos Políticos para que possamos ler, conforme preconiza a legislação vigente, denúncia contra o Governador e a vice-Governadora por crime de responsabilidade, acompanhado do parecer da Procuradoria da Assembleia Legislativa e, ainda, da decisão de receber a referida denúncia."

(As Lideranças concordam.)

"Havendo concordância de todos os srs. Líderes, então, a sessão de amanhã iniciar-se-á com a leitura dessa matéria que acabo de citar, logo após a Ordem do Dia, ficando suprimido, portanto, o horário reservado às Breves Comunicações e, se houver tempo, teremos o horário reservado à Explicação Pessoal. Então, recapitulando, iniciaremos com a Ordem do Dia, que é pouca extensa, curta e, logo em seguida, passaremos à leitura da denúncia, parecer e decisão, conforme a legislação prevê. Havendo concordância dos srs. Líderes, assim procederemos."

Cumprimenta e parabeniza o Deputado Bruno Souza, que na noite anterior, obteve uma vitória maiúscula no TSE.

****

Explicação Pessoal

DEPUTADA ADA DE LUCA (Oradora) - Lamenta os números apresentados na edição do Atlas da Violência de 2020. Comenta sobre a alarmante taxa de feminicídio no Brasil em 2018, e enfatiza que 70% das vítimas são mulheres negras.

Comunica que um dos caminhos para solucionar este problema é através da conscientização, alertando e debatendo o assunto para que a sociedade reflita. Acrescenta que outro caminho é estimular a denúncia, para que o problema seja resolvido nos primeiros indícios de violência.

Ao mudar o tema, anuncia a importância de um planejamento pós-pandemia para a retomada da economia e manutenção da estrutura pública de saúde, citando como exemplo a permanência dos leitos de UTI nos hospitais catarinenses, mesmo com a diminuição dos casos de coronavírus. Relata que o Secretário-adjunto da Saúde informou que a manutenção das UTIs nos hospitais do Estado encontra-se em estudo, e alerta para a necessidade de Santa Catarina estar preparada para possíveis novas ondas da Covid-19 e sequelas que causam. Também, reitera que lutará firmemente para que haja um planejamento pós-pandemia e que todos os leitos de UTI continuem ativos nos hospitais. *[Taquigrafia: Northon]*

DEPUTADO BRUNO SOUZA (Orador) - Agradece ao sr. Presidente os cumprimentos que lhe foram dirigidos.

Inicia seu pronunciamento, exibindo um vídeo no telão do Plenário em que mostra a situação, na Reserva de Carijós, em Florianópolis, de uma obra nas comportas dos pescadores, que se encontra inacabada, prejudicando os pescadores e o meio ambiente, pelo assoreamento do local.

Comunica que a situação foi denunciada ao Ministério Público, e acionou a Secretaria de Obras para que tomem uma providência e resolvam essa situação grave para os pescadores artesanais. *[Taquigrafia: Northon]*

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, a Presidência agradece a participação de todas as senhoras Deputadas e senhores Deputados e, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

(Ata sem revisão dos oradores)

[Revisão: Taquígrafa Sílvia]

ATOS DA MESA

ATO DA MESA

ATO DA MESA Nº 275, de 17 de setembro de 2020

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e considerando o Procedimento Administrativo nº DG-ProcAdm – 002/2019pç,

RESOLVE: *com base no artigo 2º, incisos II e III, da INSTRUÇÃO NORMATIVA TC-13/2012.*

ART. 1º INSTAURAR Procedimento De Tomada De Contas Especial com a finalidade de apurar possíveis pagamentos irregulares referentes aos Contratos CL nº 002/2015 e CL nº 097/2017, no período de janeiro a agosto de 2018, da empresa Ondrepsb Limpeza e Serviços Especiais Ltda.

ART. 2º Constituir Comissão Especial de Tomada de Contas Especial, integrada pelos servidores **FABIO MATIAS POLLI,** matrícula nº 1010, **NELSON HENRIQUE MOREIRA**, matrícula nº 1001 e **CARLOS HENRIQUE MONGUILHOTT,** matrícula nº 2016, para, sob a presidência do primeiro, apurar os fatos, identificar os responsáveis e quantificar o dano decorrente.

ART. 3º O prazo para conclusão dos trabalhos é de 60 (sessenta dias) a partir da instalação da referida Comissão Especial.

Deputado **JULIO GARCIA** - Presidente

Deputado Laércio Schuster - Secretário

Deputado Nilso Berlanda - Secretário

——— * * * ———

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

Aos quinze dias do mês de junho de dois mil e vinte, às catorze horas, em cumprimento aos artigos 133 e 135 do Regimento Interno, reuniram-se no Plenário Deputado Osni Régis e por videoconferência, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, sob a Presidência do Senhor Deputado **Ivan Naatz,** os membros da Comissão: **Deputado Jair Miotto**, **Deputado Romildo Titon, Deputado Fabiano da Luz, Deputado Dr. Vicente Caropreso, Deputado Luiz Fernando Vampiro e Deputado Marcius Machado**. Havendo quórum regimental, o senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu boas vindas aos convidados. Na sequencia abriu os trabalhos e submeteu à apreciação da Ata da 1ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura, a qual foi aprovada por unanimidade. Em atenção à ordem do dia o senhor Presidente iniciou o debate sobre a Retomada do Turismo em Santa Catarina pós-pandemia da Covid-19, ressaltando o grande desafio a ser enfrentado, para isso foi convidado um grupo seleto de pessoas comprometidas com o fortalecimento do turismo catarinense, e ressaltou que os setores público e privado terão que unir forças para enfrentar este desafio. Ato contínuo, o senhor Presidente informou que no Brasil se calcula que a perda financeira com o Covid-19 ultrapassa 2,2 bilhões de reais e cerca de 116 mil pessoas ligadas ao turismo estão desempregadas no país. Segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens e Serviços, o PIB do turismo em Santa Catarina é algo em torno de 13%, 14%. Os números ainda não são oficiais, mas estima-se que cerca de 23 milhões de reais deixaram de circular no último mês somente na rede hoteleira oficial, segundo o parlamentar. A Fundação Getúlio Vargas aponta em estudo apresentado à comissão, uma queda da movimentação financeira do turismo em Santa Catarina em torno de 38,9%, quase metade da perspectiva de arrecadação. Ainda, a Fundação Getúlio Vargas indica que em 2019 circularam 270 bilhões de reais por ordem do turismo no Brasil. Em 2020 a estimativa é de circular apenas 165 bilhões, com queda significativa de 105 bilhões no mercado nacional. Na sequência, o senhor Presidente ressaltou que começaram os avanços no estado, com a abertura dos parques e zoológicos, e o próximo passo é a abertura dos eventos esportivos e culturais. Em seguida, o parlamentar informou que conversou com o Ministro do Turismo na última semana e que estão trabalhando com alternativas, sendo que nos próximos dias será lançada uma campanha pelo "Turismo responsável, limpo e seguro", com perspectiva de fortalecimento do turismo e tentativa de diminuir as perdas, ajudando a construir uma proposta para que as pessoas saiam de casa, de modo que elas se cuidem e se protejam, mas tenham oportunidade de voltar a circular nos espaços. Para encerrar sua exposição inicial, o deputado destacou que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária vai criar um protocolo nacional, que significará um grande passo na recuperação da força turística, ressaltando que o objetivo da conversa é unir forças, trocar informações e sugestões, como a possibilidade de criação de um selo de segurança para os órgãos. Ato contínuo passou a palavra para o senhor Bruno Breithapt, Presidente da Fecomércio de SC (Federação do Comércio de Bens Serviços e Turismo do Estado de Santa Catarina), que salientou que os números impressionam e que é cético em relação ao selo, mas que gostaria de enfatizar que as empresas estão precisando de recurso pra manter seus negócios. Em seguida, informou que foi lançado o Pronampe, projeto do Senador Jorginho Mello, para que efetivamente as instituições financeiras aloquem recursos para os pequenos e microempresários. Breithapt destacou que este é o pedido mais importante que têm a fazer, além da realização de pequenas ações da SANTUR que foram prometidas e até o momento não foram cumpridas, de modo que haja uma participação mais efetiva do governo em relação ao turismo no estado. Na sequência, o senhor Rudiney Raulino, Diretor do Departamento Regional de SC do SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), relatou os trabalhos realizados em conjunto com a Fecomércio e sua equipe técnica nas IGRs (Instâncias de Governança Regionais) que são reconhecidas pela SANTUR e EMBRATUR, e, a partir deste ano, possuem representação no Conselho Estadual de Turismo. Ato contínuo destacou que o SENAC visa contribuir no fortalecimento das mesmas trabalhando em cinco focos elencados junto da Câmara de Turismo há dois anos. São eles: infraestrutura, qualificação, inovação, jurisprudências (trabalho com a Fecomércio, que pode contribuir junto ao parlamento catarinense) e governança. Na sequência, ressaltou que algumas IGRs já estão bem sedimentadas e outras em fortalecimento, e que o SENAC, junto de sua equipe técnica vem contribuindo para desenvolver o estado através da regionalização. Na sequência a senhora Jane Balbinot, Presidente da ABEOC SC (Associação Brasileira de Empresas de Eventos de Santa Catarina), lamentou a perda de praticamente todos os eventos deste ano, sendo que alguns foram transferidos para 2021, outros para 2022 e outros não ocorrerão. Jane ressaltou que já houve avanços, mas que as respostas, embora satisfatórias, ainda não são suficientes, de modo que muitos empresários tiveram de demitir funcionários. Em seguida, o senhor Marcelo Greuel, Secretário de Turismo e Lazer de Blumenau relatou que as dificuldades no município de Blumenau são aquelas enfrentadas por todos, concordando com a fala do senhor Bruno Breithapt em relação à chegada dos recursos na ponta, especialmente aos pequenos e médios empresários, que mesmo com a liberação do pacote de 5 bilhões de reais do Governo Federal não é suficiente para recompor o setor. Ato contínuo informou que os músicos, juntamente com os guias de turismo, são os que mais sofrem na região e que, em conjunto com o Sindicato dos Músicos de Blumenau será criado um *Drive thru*. Em seguida, informou que pela primeira vez na história a Oktoberfest de Blumenau não ocorrerá no mês de outubro, sendo adiada para mês de novembro de 2020. Falou ainda que em agosto será realizada uma reavaliação da possibilidade de realização do ponto de vista da medicina, mas a princípio o calendário está mantido a partir do mês de novembro, salientando que o município está se preparando com diversas medidas para garantir a segurança do evento. Em seguida, o senhor Presidente questionou o senhor Marcelo Greuel em relação ao modelo pensado para o evento e este informou que o formato ainda não está definido, que estão sendo estudadas diversas formas, tendo em vista que os eventos precisarão passar por algumas fases até chegar ao público. Na sequência, o senhor Luciano Pinheiro, Diretor Técnico do SEBRAE falou em relação a cadeia do turismo, destacando que é a mais impactada por ser muito grande, envolvendo, além dos eventos, alimentação fora do lar e hospedagem, desde os menos protegidos como o artesanato até grandes casas noturnas e estabelecimentos mais bem estruturados. Outro ponto, segundo ele é sobre a atuação do SEBRAE no desenvolvimento regional para fortalecer todos os destinos no estado, neste sentido destacou que em 2020 seria dado mais um salto com um programa de IGs (Indicação Geográfica) como a linguiça Blumenau, vinhos de altitude, cachaça de Luís Alves e mel de Bracatinga, que são atrativos para o turista regional, muito mais do que o nacional ou internacional. Falou ainda que neste momento mesmo com os cortes de mais de 40% do orçamento, há manutenção de todos os recursos do turismo sem nenhum corte. Ato contínuo informou sobre o que está sendo feito a nível nacional e local. Nacionalmente, há um projeto, lançado há poucos dias, chamado "Protocolo de Retomada", que estabelece conjuntamente com organizações da sociedade civil, protocolos para que as empresas possam reabrir com segurança. Localmente há o projeto "Retoma SC", que está integrado ao programa "Travessia" que atua com os setores mais atingidos do ponto de vista de pequenos negócios, com consultoria e treinamento para o novo normal, voltando a atrair o turista regional para depois retornar a atrair o turista nacional e internacional. Na sequência, o senhor Mayco Morais Nunes, Pró-reitor de Extensão Cultura e Comunidade da Universidade do Estado de Santa Catarina, que destacou que a Universidade está se preparando para a retomada das atividades para manutenção do recesso de janeiro, já que muitos municípios são polos turísticos e os alunos não teriam acesso à locação de imóveis nesse período. Ato contínuo informou que foram retomados os estágios curriculares de hospitais através do curso de Enfermagem de Chapecó, bem como os cursos de pós-graduação e destacou que na área de turismo há uma série de programas de extensão e correlatos que estão dialogando com os setores presentes e que a UDESC está à disposição com toda a sua estrutura para ajudar no processo de enfrentamento. Ato contínuo, o senhor Helio Dagnoni,

vice Presidente da Fecomércio SC, que relatou que há dois anos iniciou-se o "TEM" Turismo Catarinense em Movimento, com reuniões com doze instâncias do Vale do Contestado, depois com o Vale dos Imigrantes e o Caminho do Contestado, que culminaram em um projeto apresentado ao governador do estado, sendo que a partir deste momento a Fecomércio e o SENAC investiram muito no "Observatório do Turismo de Santa Catarina", o qual o senhor Helio Dagnoni convidou a todos os presentes para conhecer. Ato contínuo salientou que o Observatório, com o problema do Covid-19 iniciou uma nova fase que é o "Disrruptor", com apoio da SANTUR, onde todas as IGRs foram chamadas para reuniões com intuito de romper com as barreiras da pandemia. Salientou ainda, que Santa Catarina será o primeiro estado brasileiro a sair da crise, pois o profissionalismo nos atendimentos em todos os estabelecimentos relacionados ao turismo está se sobressaindo. Na sequência o senhor Marco Aurélio Floriani, Presidente da FC & VB - SC (Federação dos Convention & Visitors Bureax do Estado de SC), lamentou que o setor foi o primeiro a parar e deve ser o último a retomar as atividades, passando por uma dificuldade gigantesca e, retomando a fala do senhor Bruno Breithapt, relatou a dificuldade do acesso às linhas de crédito mesmo mediante um grande esforço, junto do Presidente da SANTUR, para ajudar o BADESC na liberação dos recursos, de modo que o governo do estado de Santa Catarina tem deixado muito a desejar no apoio ao empresariado. Ato contínuo recordou do Pronampe, projeto do Senador Jorginho Mello, mas destacou que infelizmente o recurso ainda não chegou na ponta, assim como muitas linhas de crédito ainda não estão liberadas nos bancos oficiais. Ato contínuo relatou que, com o tempo de duração da pandemia e a demora nos recursos, muitas empresas já fecharam as portas e há um grande volume de demissões. Destacou que uma das poucas linhas de crédito disponíveis é o Fundo Garantidor do SEBRAE, que é importante mesmo que muitas empresas não consigam acessar por dificuldades com documentação. Em seguida, lembrou que a liberação dos eventos não depende de nenhum dos presentes, pois é uma questão sanitária que precisa ser acompanhada, mas que, junto ao SENAC e Fecomércio, foram escritos protocolos para retomada segura dos eventos, que estão em análise no COES. Para finalizar, pediu apoio ao senhor Deputado Ivan Naatz e à Assembleia Legislativa, em nome do setor de turismo e eventos. Em seguida, o senhor Estanislau Emilio Bresolin, Presidente do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Florianópolis e da FLORESC (Federação de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado de SC), que iniciou parabenizando as colocações do senhor Marcelo Greuel, salientando que não será fácil atrair turistas, especialmente com discurso antipático ao turismo como aconteceu recentemente quando do feriado prolongado em São Paulo e reforçou que a situação é difícil e que o setor do turismo é o mais impactado. Ato contínuo relatou que os estabelecimentos tiveram seus custos para arcar com os materiais necessários para a segurança sanitária, mas que o crédito é dificultado e as despesas permanecem integrais. Para finalizar, elogiou o encontro e o trabalho realizado pelo senhor Deputado Ivan Naatz. Ato contínuo o Presidente passou a palavra ao senhor Paulo Rocha, Gerente de Área e Desenvolvimento Territorial do SEBRAE, que informou sobre a realização de reuniões, a partir da próxima semana, com 2 a 3 mil empresas do segmento para realizar um diagnóstico dos principais problemas. Com a palavra o deputado Ivan Naatz, destacou a necessidade de debater a retomada dos ônibus de turismo interestadual e intermunicipal, pois cerca de 30 mil pessoas em Santa Catarina que dependem desta atividade está totalmente inativa e não tem nenhuma arrecadação. Na sequência, passou a palavra para a senhora Maria Conceição Junkes, Presidente da ABAV-SC (Associação Brasileira de Agências de Viagens de SC) que salientou o fato de que toda a cadeia produtiva do turismo atinge diretamente os agentes de viagem, pois na venda de uma viagem são usados hotel, restaurante e transporte. Ato contínuo reforçou que o trabalho com o turismo regional de lazer demanda a batalha pela liberação do transporte turístico, mesmo que já exista incentivo às famílias para viagens de carro. Com a palavra o senhor Presidente, questionou a senhora Maria Conceição Junkes sobre os acordos das companhias e a relação com os clientes sobre os pacotes de viagem comprados antes da pandemia. Junkes respondeu informando que a ABAV Nacional, lançou no início da pandemia, em conjunto com o Ministério do Turismo o programa "Adie ou remarque", em último caso procedendo ao cancelamento, havendo uma medida provisória relacionada a isso. As próprias agências realizam este trabalho para o cliente e as companhias aéreas aceitam remarcar até 2021, pois a Medida Provisória determinou o prazo de doze meses após a pandemia para remarcar. O senhor Raphael Dabdab, Presidente da ABRASEL (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes), reforçou que neste momento, mais do que uma campanha de um selo de segurança, seria interessante um processo de retomada, pois há a necessidade de preservar a infraestrutura da cadeia do turismo em Santa Catarina. De acordo com uma pesquisa realizada pela ABRASEL, dos 100 mil empregos diretos do setor da alimentação fora do lar, já foram perdidos mais de 30 mil postos, estimando que 20% das empresas do setor não vão se recuperar, ao mesmo tempo em que há poucas medidas do estado e das prefeituras para auxiliar as empresas. Ato contínuo destacou que empresas como SENAI e SENAC fazem um trabalho de excelência na parte de normatização e treinamentos e poderiam construir com facilidade um protocolo para implementação de um selo com auditoria para que tenha valor através de uma fiscalização preventiva e não corretiva. Sobretudo nesse momento é necessário preservar empresas e empregos, pois mesmo bares e restaurantes que podem funcionar, tem retorno baixo do consumidor. Na sequência, o senhor Presidente passou a palavra para o senhor Nilton Silva Pacheco, Presidente do Conselho Estadual de Turismo (SANTUR), que justificou sua ausência e suas considerações foram feitas pelo senhor José Maciel Reis, Presidente da Associação das Empresas de Transporte Turístico e Fretamento de Santa Catarina, que relatou a preocupação com municípios fazendo políticas que afastam os turistas sem base em critérios técnicos e citou como exemplo Florianópolis aonde as pessoas que chegam à ilha devem fazer quarentena de sete dias. Ato contínuo pediu a representação de outros segmentos do turismo no COFEM, onde ocorre grande parte das deliberações. Na sequencia, abordou a questão do transporte, onde pediu isonomia por parte dos governantes, uma vez que em Florianópolis é possível entrar de avião, mas não de ônibus, salientando que para os usuários de aplicativos de carro a taxa de transmissão é muito maior do que em ônibus com todos os critérios de segurança. Ato contínuo informou que o setor tem cerca de 30 mil empregos diretos e 50 mil pessoas envolvidas, ainda reforçou que é necessário que o transporte seja liberado para que o turista comece a comprar e as agências possam começar a vender gradativamente, destacando que em outros estados o ônibus circulou normalmente e a taxa de contaminação por habitante é menor do que em Santa Catarina, caracterizando uma falta de responsabilidade do governo do estado para com o cidadão catarinense. Ato contínuo o senhor Presidente pediu esclarecimentos sobre autorizações dadas pela Secretaria de Infraestrutura. Na sequencia, o senhor José Maciel Neis informou que algumas empresas obtiveram autorização da Secretaria de Infraestrutura para levar turistas/hóspedes ao Hotel Fazenda Parque em Gaspar, onde ocorreu a festa Junina da qual participou o governador, sendo que os demais pedidos foram negados. Ato contínuo Naatz se comprometeu a expedir um documento pedindo explicações ao Secretário de Infraestrutura. Em seguida, passou a palavra pra o senhor Orildo Antônio Severgnini, Presidente da FECAM (Federação Catarinense de Municípios), que levantou a questão da autorização dos transportes informando que existe uma liberação do governador que depende dos prefeitos em relação ao transporte coletivo intermunicipal e que a FECAM fará contato com todos os prefeitos para a reabertura para fazer girar o turismo dentro do estado. Na sequência a senhora Fabiana Dickmann, assessora de Turismo da AMAVI, destacou a demanda dos municípios do alto vale e toda a região em relação ao reconhecimento de quem é da agricultura familiar no CADASTUR, que é uma exigência das linhas de crédito e faz com que este *trade* turístico não seja contemplado. Ainda, levantou a necessidade de infraestrutura de sinalização turística, que cabe ao governo estadual e federal, pois novas regiões turísticas foram constituídas, mudaram de nome e não tem sinalização adequada. Na sequencia o senhor João Eduardo Amaral Moritz, Presidente da Câmara Empresarial de Turismo da Fecomércio, destacou que é necessário executar as ações planejadas e elogiou a fala do senhor Helio Dagnoni sobre o Observatório do Turismo de Santa Catarina, incentivando que este seja alimentado pelas IGRs, e salientou que é necessário encontrar soluções para diminuir os gastos como taxa de lixo e outros impostos. Ato contínuo, com a palavra o senhor Presidente, fez uma apresentação aos convidados sobre os critérios e taxas do Pronampe. Na sequência, passou a palavra para o senhor Leandro Mané Ferrari, Presidente da SANTUR, que ressaltou que estão conseguindo unir todos os entes do *trade* turístico de Santa Catarina, fazendo reuniões semanalmente, o que é muito importante para uma saída fortalecida da crise. Ele destacou que em Santa Catarina houve avanços com a reabertura de parques, hotéis, bares, restaurantes e espaços públicos e a SANTUR está fazendo manuais para os frequentadores de modo que tenham mais segurança nestes espaços.

Em seguida, destacou alguns pontos, como o crédito do FUNGETUR de 20 milhões de reais junto ao BADESC, que está em negociação para ser ampliado a partir do crédito de 5 bilhões liberado em Brasília e a força tarefa montada pela SANTUR para captar documentos das empresas, sendo que uma das frentes é o Cadastur, destacando que alguns cadastros saem em 24h. Ato contínuo, sobre a demanda de reconhecimento de agricultura familiar no Cadastur, informou que foi levada há duas semanas ao Ministério do Turismo e este, junto ao Ministério da Agricultura se comprometeu a montar uma equipe para tratar do assunto. Destacou ainda, que as IGRs, o Conselho Estadual de Turismo e outras entidades presentes sejam partícipes do processo e possibilitem uma saída conjunta. Informou que estão criando o produto "Viaje mais Santa Catarina" para fortalecer o turismo regional. Por fim, destacou que o projeto de sinalização turística é de custo elevado e por isso dentro da SANTUR uma força tarefa está levantando dados regionais de sinalização turística junto das IGRs para então captar recursos de implantação, o que requer a forte presença da Assembleia Legislativa em Brasília. Com a palavra o senhor Presidente, informou que recebeu muitos pedidos de proprietários de empresas de ônibus para o retorno das atividades e, embora não seja responsabilidade específica do senhor Leandro Mané Ferrari, pediu que ele, como Presidente da SANTUR, intervenha junto à Secretaria de Estado da Infraestrutura para que possa criar um protocolo para que os ônibus possam voltar a trabalhar. Ainda, questionou o Presidente da SANTUR sobre o Fundo Catarinense de Turismo, pois quando este foi extinto a Agência ficou sem reursos, destacando o desejo da Assembleia e da Comissão de Turismo de renovar a discussão do Fundo Catarinense de Turismo. Ato contínuo relembrou a pauta bem sucedida do "Sul é meu destino" na qual conjuntamente Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul foram destaques para o resto do país, sendo um bom caminho para o pós pandemia, pois os recursos e pautas são otimizados no trabalho conjunto dos estados. Ato contínuo abriu o debate passando a palavra para o senhor Leandro Mané Ferrari, que concordou que o programa "O Sul é meu destino", deu muito certo e pode ser viabilizado junto ao Ministério do Turismo quando a pandemia passar. Em relação ao Fundo, a equipe da SANTUR está trabalhando na Lei do patrocínio para obter recursos. Ainda, destacou que está em diálogo com a EMBRATUR que vai aportar recursos para promoção nacional e posteriormente internacional de um vídeo de Santa Catarina, para que, com a chancela do estado, todas as regiões possam participar. A respeito dos ônibus, informou que foi iniciada uma conversa com a Secretaria de Estado da Infraestrutura, a pedido do senhor Nilton Pacheco, e está sendo feita a listagem das empresas para fazer as liberações. Na sequência, passou a palavra para a senhora Michele Castilho Henrique, diretora de Turismo e Eventos da ACATMAR (Associação Náutica Brasileira), que relatou que uma das primeiras ações foi criar um guia de recomendação para atividades náuticas e marinas, que está servindo de base para o Brasil, tendo em vista que protocolos e guias de segurança e higienização serão essenciais para a volta à "normalidade". Ato contínuo informou sobre o Simpósio de Economia Azul que estava planejado para maio e que foi transformado em *Webinar* com sucesso, indicando que os eventos terão que se inovar. Para finalizar, salientou a importância de aproximar a Vigilância Sanitária e a Secretaria de Estado de Saúde para que entendam o funcionamento e as demandas dos diferentes setores. Em seguida, Wilson Luiz Machado de Macedo, Presidente da ATHISC (Associação de Turismo Hidrotermal Santa Catarina), lamentou a dificuldade de abertura dos parques termais em certas regiões, como Piratuba, onde a decisão se dá em pactos feitos nas Associações de Prefeitos e alguns destes não compreendem a atividade. Ainda, destacou que os passeios complementares, como a Maria Fumaça, não abrirão enquanto as atividades principais não forem liberadas. Estas duas questões são prioritárias porque o mês de julho é mês de férias, mas que os hotéis e restaurantes estão com receio de abrir, pois são atividades complementares ao turismo local e é possível que o parque termal não abra. Jair Gomes, Presidente da Companhia Hidrotermal de Piratuba solicitou auxílio para mediar a situação. A senhora Fabiana Dickmann, representante do senhor Orildo Antônio Severgnini, Presidente da FECAM, afirmou que levará adiante o pedido do senhor Wilson Luiz Machado de Macedo e destacou que deve haver maior participação de técnicos nas decisões, no entanto, há poucas pessoas no quadro técnico e isto traz muitas dificuldades, pois é necessário haver o gestor da política, mas com respaldo técnico. Na sequência, pediu a palavra o senhor Helio Dagnoni, que reforçou a fala da senhora Fabiana Dickmann em favor do profissionalismo do setor do turismo e destacou que os protocolos construídos junto às IGRs estão quase prontos e serão entregues à Comissão de Turismo. Em seguida, pediu a palavra o senhor Bruno Breithaupt, que reforçou o que foi dito pelo senhor Hélio sobre o trabalho junto ao SENAC e SESC, de erguer a bandeira do turismo em Santa Catarina e colocou sua entidade à disposição. Na sequência, pediu a palavra o senhor Wilson Luiz Machado de Macedo, que esclareceu que acha importante que haja alinhamento das ações dos prefeitos. Ato contínuo pediu a palavra o senhor Rudney Raulino que colocou o SENAC à disposição. Em, seguida, pediu a palavra a senhora Michele Castilho Henrique, que colocou a ACATMAR à disposição, ressaltando que neste momento é necessário fazer as ações planejadas e questionou quais são os próximos passos na Comissão para que seja possível trabalhar e ver resultados. Com a palavra a senhora Fabiana Dickmann que agradeceu a oportunidade e colocou a AMAVI e a FECAM, em nome do senhor prefeito Orildo Antônio Severgnini, à disposição e convidou a todos para conhecer a Região Caminhos do Alto Vale. Com a palavra a senhora Maria Conceição Junkes, que elogiou a iniciativa ao senhor deputado Ivan Naatz, destacando a raridade de momentos de encontro de todo o *trade* turístico, e pediu que existam mais momentos como este. Com a palavra o senhor Presidente reforçou a importância da inovação e da profissionalização do turismo, pois Santa Catarina pode oferecer atrações para todas as demandas. Ato contínuo passou a palavra para o senhor Leandro Mané Ferrari, que agradeceu a reunião e destacou que é perceptível a união do *trade* do turismo e que o trabalho que vem sendo desenvolvido deve continuar neste caminho para todos saírem fortalecidos. Com a palavra o senhor Presidente, informou que a Comissão de Turismo e Meio Ambiente se compromete a pressionar o governador para a retomada do Fundo Catarinense de Turismo. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e demais convidados e encerrou a presente reunião, da qual eu Jéssica Camargo Geraldo, secretária de Comissão Permanente, lavrei esta Ata que, após lida e aprovada por todos os membros do colegiado, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia.

Sala de Reunião das Comissões, 15 de junho de 2020.

Deputado Ivan Naatz
Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente

———— * * * ————

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

Aos dezesseis dias do mês de junho de dois mil e vinte, às nove horas, em cumprimento aos artigos 133 e 135 do Regimento Interno, reuniram-se, virtualmente, na Sala de Reuniões das Comissões, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, sob a Presidência do Senhor Deputado José Milton Scheffer, os membros da Comissão: Deputado Coronel Mocelin, Deputado Neodi Saretta, Deputada Marlene Fengler, Deputado Volnei Weber, Deputado Moacir Sopelsa. Havendo quórum regimental, o Presidente iniciou a reunião submetendo à apreciação a Ata da 3ª reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura, a qual foi aprovada por unanimidade. Dando início à ordem do dia, passou a palavra para a Deputada Marlene Fengler, que relatou o PL.0135.4/2016, de autoria do Deputado Neodi Saretta, que dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas de beneficiamento e comércio de laticínios, no âmbito do Estado de Santa Catarina, informarem aos produtores de leite, na ocasião do pagamento, o valor mínimo a ser pago pelo litro de leite no mês subseqüente; exarou parecer favorável com aprovação de emenda substitutiva global, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Na sequência, o Deputado José Milton Scheffer relatou o PL./0173.0/2019, de autoria do Deputado Marcius Machado, que altera a Lei nº 17.003, de 2016, a qual dispõe sobre a produção e a comercialização do Queijo Serrano e estabelece outras providências; apresentou requerimento de diligenciamento à Secretaria de Estado da Casa Civil, Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural, Cidasc, Epagri e Departamento de Ciência e Tecnologia de Alimentos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença dos Deputados Membros e encerrou a reunião da qual eu, Gilmar Jacobowski, Assessor Técnico da Comissão, lavrei esta Ata que após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo Presidente desta Reunião e publicada no Diário da Assembleia.

Sala das Comissões, 16 de junho de 2020

Deputado José Milton Scheffer
Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural

———— * * * ————

AVISO DE SESSÃO PÚBLICA

AVISO DE SESSÃO PÚBLICA

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Centro - Florianópolis/SC, CEP 88020-900, com base no art. 14, § 2º, da Lei 12.232/10, solicita à agência Marcca Comunicação a apresentação, em sessão pública, no dia 05/10/2020, às 14h, na Diretoria de Comunicação Social, de três orçamentos referentes à impressão de 2 mil livros mais caixa-luva, conforme descritivo abaixo:

Pré-Impressão

LIVRO

Fechamento de arquivo para livro capa + miolo no formato aberto: 44x22cm, formato fechado: 22x22cm contento 200 páginas, 4x4 cores.

Scanneamento e digitalização de 225 imagens em alta resolução.

Tratamento de 225 imagens com restauração, recortes, ajuste de formato, interpolação, redução de ruídos, ajustes de cores, reflexos/sombras.

LUVA

Fechamento de arquivo para luva no formato 38,5x85,6cm, com aplicação de imagens já tratadas.

Entrega do arquivo em pdf – alta resolução com versão digital para web

Provas Digitais

LIVRO

Impressão de 200 provas digitais no formato 22x22cm, certificadas com perfil, profile ISO coated_v2_eci. Icc.

LUVA

Impressão de 1 prova digital no formato 38,5x85,6cm, certificada com perfil, profile ISO coated_v2_eci. Icc.

Impressão

LIVRO

Capa dura + 200 páginas

Capa: formato aberto: 50,8x27cm e formato fechado: 22,5x22,5cm em couche brilho 170g, 4x1 cores CMYK, Laminação Bopp Fosco 1x0, Verniz localizado brilho 80%, hot stamping dourado 18x7cm, Acoplagem em papelão 1,8mm, CTP.

Guarda: 8 páginas formato aberto: 44x22cm em couche brilho 170g, 4x4 cores CMYK, Laminação Bopp Fosco 1x0, colagem das guardas, CTP.

Miolo: 200 páginas, formato fechado: 22x22cm em couche fosco 170g, 4x4 cores, verniz de soft touch 1x1, intercalação, dobra, costura, corte/vinco, CTP.

LUVA

Formato aberto: 38,5x85,6cm, formato fechado: 22,7x22,7cm em Tríplex 300g, 4x0 cores Laminação Bopp Fosco 1x0, Verniz Brilho localizado 80%, hot stamping dourado 18x7cm, CTP.

Formato aberto: 38,5x85,6cm, formato fechado: 22,7x22,7cm em Triplex 300g, sem impressão.

Acoplagem, faca especial, corte/vinco, manuseio do livro dentro da luva, shirink individual e colocados em caixas com identificação.

Os orçamentos deverão ser entregues em envelopes lacrados. As empresas participantes deverão estar previamente cadastradas no registro de fornecedores da ALESC. Informações com o Sr. Flávio Jacques - Agência Marcca, (48) 99933-1555.

Florianópolis, 28 de setembro de 2020.

Lucia Helena Vieira

Diretora de Comunicação Social

———— * * * ————

PORTARIAS

PORTARIA Nº 995, de 28 de setembro de 2020

A DIRETORA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *com fundamento no art. 24, da Lei Complementar nº 491, de 20 de janeiro de 2010,*

PRORROGAR, por 30 (trinta) dias, os efeitos da Portaria nº 605/2020, de 3 de junho de 2020, que constituiu Comissão de Sindicância Investigativa, a contar de 28 de setembro de 2020.

Maria Natel Scheffer Lorenz

Diretora-Geral

———— * * * ————

PORTARIA Nº 996, de 28 de setembro de 2020

A DIRETORA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *com fundamento no art. 18 da resolução 001 de 2006,*

DESIGNAR a servidora **ANE CAROLINE SCHEFFER**, matrícula nº 6811, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para secretariar o Tribunal Especial de Julgamento do Impeachment, a contar de sua instalação, no dia 25 de setembro de 2020.

Maria Natel Scheffer Lorenz

Diretora-Geral

———— * * * ————

TRIBUNAL ESPECIAL DE JULGAMENTO

CERTIDÃO

Assunto: Instalação do Tribunal de Julgamento de que trata a Lei n. 1.079, de 10 de abril de 1950, aprovação do roteiro do julgamento do Processo de Impeachment n. 00754 (Representação n. 0001.5/2020) e sorteio do relator

Certifico que o Tribunal de Julgamento de que trata a Lei n. 1.079, de 10 de abril de 1950, formado para o julgamento o Governador do Estado de Santa Catarina, Carlos Moisés da Silva, e da Vice-Governadora do Estado de Santa Catarina, Dainela Cristina Reinehr, pela suposta prática dos crimes de responsabilidade que são objeto do Processo de Impeachment n. 00754 (Representação n. 0001.5/2020), foi instalado nesta data, no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, às 10 horas e 5 minutos, sob a Presidência do Excelentíssimo Desembargador Ricardo Roesler, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, com a presença física de todos os seus membros, a seguir nominados pela ordem de votação, com exceção do Excelentíssimo Deputado Luiz Fernando Vampiro que participou do ato por videoconferência: Excelentíssimo Desembargador Carlos Alberto Civinski, Excelentíssimo Deputado Kennedy Nunes, Excelentíssimo Desembargador Sérgio Antônio Rizelo, Excelentíssimo Deputado Maurício Eskudlark, Excelentíssima Desembargadora Cláudia Lambert de Faria, Excelentíssimo Deputado Sargento Lima, Excelentíssimo Desembargador Rubens Schulz, Excelentíssimo Deputado Luiz Fernando Vampiro, Excelentíssimo Desembargador Luiz Felipe Siegert Schuch e Excelentíssimo Deputado Laércio Schuster.

Ato contínuo, o Excelentíssimo Desembargador Ricardo Roesler – Presidente do Tribunal de Julgamento, procedeu à leitura, item por item, da minuta do roteiro de julgamento do Processo de Impeachment n. 00754 (Representação n. 0001.5/2020), e submeteu à proposta à discussão e deliberação. Após os debates, restou

aprovado, por unanimidade, o seguinte roteiro de julgamento do processo de impeachment em epígrafe:

ROTEIRO DE JULGAMENTO DO PROCESSO DE IMPEACHMENT CONTRA O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA E A VICE-GOVERNADORA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

1. Formado o Tribunal de Julgamento aludido no art. 78 da Lei n. 1.079, de 10 de abril de 1950, seu Presidente, que é o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, convocará a sessão de abertura dos trabalhos, que será realizada no Plenário da Assembleia Legislativa, na qual será discutido e aprovado o roteiro do julgamento do processo de impeachment contra os denunciados. Na oportunidade, o Presidente consultará os membros do tribunal se tem acesso aos autos do processo em meio eletrônico e registrará as respostas em ata, determinando que seja providenciado o acesso, por qualquer meio idôneo, aos que responderem negativamente.

2. Eventuais impedimentos de natureza jurídico-processual (art. 36 da Lei n. 1.079, de 10 de abril de 1950) de qualquer dos membros do Tribunal de Julgamento deverão ser imediatamente declarados para que seja providenciada a imediata substituição do julgador.

3. Após a aprovação do roteiro do julgamento do processo de impeachment, será sorteado, entre os membros do Tribunal de Julgamento, um relator, que atuará na etapa preliminar, de admissibilidade da denúncia, após autorizada a instauração do processo de impeachment pela Assembleia Legislativa. Não participarão do sorteio o Presidente do Tribunal de Julgamento e o membro deste Tribunal que tiver funcionado como relator do processo perante a Assembleia Legislativa na fase anterior.[1]

[1] Rito determinado pelo Supremo Tribunal Federal na ADPF 387-MC e na RCL 42861 MC/SC. Adaptação do *caput* art. 280-F do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, cuja constitucionalidade foi confirmada no julgamento pelo Supremo Tribunal Federal da ADI 5895.

4. A certidão da sessão, contendo o roteiro de julgamento aprovado e o nome do relator sorteado, será publicada no Diário Oficial da Assembleia Legislativa no primeiro dia útil subsequente ao da realização da sessão.

5. Todas as sessões do Tribunal de Julgamento serão realizadas às sextas-feiras, no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, durante o horário regimental de funcionamento da casa, entre às 7 e às 19 horas, com a presença física de seus membros, das partes e das testemunhas, reservando-se a participação por videoconferência aos casos excepcionais, a critério do Presidente do Tribunal de Julgamento.

6. Todos os prazos serão contínuos e peremptórios, não se interrompendo nos sábados, domingos e feriados, e serão computados nos termos do art. 798 do Decreto-Lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), consoante o disposto no art. 79 da Lei n. 1.079, de 10 de abril de 1950.

7. As intimações e notificações dos denunciados e das testemunhas serão feitas pessoalmente pelo Secretário da Mesa da Assembleia Legislativa, e as intimações e notificações do denunciante, de seu procurador, e dos procuradores dos denunciados, serão feitas por meio de editais publicados no Diário Oficial da Assembleia Legislativa.[2]

[2] Intimação dos procuradores do denunciante e dos denunciados via órgão oficial consoante previsão do § 1º do art. 370 do Decreto-Lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal).

8. Nas intimações e notificações realizadas via edital publicado no Diário Oficial da Assembleia Legislativa, considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no diário, nos termos do § 3º do art. 4º da Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006.

9. A protocolização de qualquer petição ou documento será realizada obrigatoriamente em meio físico, exclusivamente no protocolo geral da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, de segunda a sexta-feira, das 7 às 19 horas. As petições e documentos apresentados serão imediatamente conclusos ao Presidente do Tribunal de Julgamento, na data da protocolização.

10. As votações do Tribunal de Julgamento serão sempre nominais, verbais, abertas e alternadas, iniciando a coleta dos votos pelo desembargador mais antigo e em seguida pelo deputado com maior número de mandatos, sendo que, quanto a este critério, se houver equivalência, prevalecerá o mais idoso, ressalvado o disposto no item 14. O Presidente do Tribunal de Julgamento proferirá voto apenas em caso de empate.[3]

[3] § 3º do art. 78 da Lei n. 1.079, de 10 de abril de 1950.

11. As sessões do Tribunal de Julgamento poderão ser suspensas, a qualquer tempo, pelo Presidente, de acordo com o andamento dos trabalhos, que serão retomados na sessão subsequente designada para a continuidade do julgamento.[4]

[4] Adaptação de item da sessão de julgamento do Impeachment da Presidente Dilma Vana Rousseff.

12. O relator terá o prazo de 10 (dez) dias, a partir da data da realização da sessão de abertura dos trabalhos, para emitir parecer sobre a denúncia, definindo se deve ser ou não julgada objeto de deliberação.[5]

[5] Art. 45 da Lei n. 1.079, de 10 de abril de 1950.

13. Recebido o parecer do relator, o Presidente do Tribunal de Julgamento determinará a distribuição de cópias do relatório, sem as conclusões, a todos os membros, bem como sua publicação, sem as conclusões, no Diário Oficial da Assembleia Legislativa, e designará data e horário para realização da sessão onde o parecer será submetido à discussão e votação. Ato contínuo, determinará a notificação dos denunciados acerca da data da sessão, remetendo-lhes cópia do relatório, sem as conclusões. Entre a data da sessão e a publicação da intimação no Diário mediarão pelo menos 10 (dez) dias.

14. Na sessão designada para discussão e votação do parecer do relator, o Presidente do Tribunal de Julgamento, após a abertura dos trabalhos, passará a palavra ao Relator para que faça a leitura do parecer. Em seguida, concederá a palavra aos procuradores do denunciante e dos denunciados, sucessivamente, pelo prazo de 15 (quinze) minutos cada, para, se desejarem, manifestação oral. Se os denunciados não forem representados pelo mesmo advogado, o prazo será contado em dobro e dividido igualmente entre todos.[6] Concluídas as manifestações, o relator proferirá o seu voto e os membros do Tribunal de Julgamento passarão à discussão e votação. Se houver, por parte dos julgadores, necessidade de esclarecimentos com relação ao voto do relator, poderá ser concedida vista dos autos, em caráter coletivo, pelo prazo de 5 (cinco) dias.

[6] Adaptação do § 6º do art. 175 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

15. A decisão do Tribunal de Julgamento acerca da denúncia, se deve ou não ser objeto de deliberação, será tomada por maioria simples, presente a maioria absoluta de seus membros[7], declarando-se os efeitos legais e ficando responsável pela lavratura do acórdão, caso vencido o Relator, o membro cujo voto for o vencedor.[8] [9]

[7] RCL 42861 MC/SC: "*Conferiu-se, ademais, interpretação conforme a Constituição ao art. 24 da Lei n. 1.079/1950, a fim de declarar que, com o advento da CF/1988, o recebimento da denúncia no processo de impeachment ocorre apenas após a decisão do Plenário do Senado Federal, em votação nominal tomada por maioria simples e presente a maioria absoluta de seus membros.*"

[8] Art. 47 da Lei n. 1.079, de 10 de abril de 1950.

[9] § 4º do art. 280-F do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, convalidado na ADPF 387-MC e na ADI 5895.

16. Se a decisão for no sentido de que a denúncia não deve ser objeto de deliberação, o processo será arquivado.[10]

[10] Art. 48 da Lei n. 1.079, de 10 de abril de 1950.

17. Se a denúncia for considerada objeto de deliberação:
17.1. Os denunciados serão intimados da decisão e ficarão imediatamente suspensos do exercício das funções até sentença final, perdendo 1/3 (um terço) dos vencimentos, que lhes serão pagos em caso de absolvição, além de ficarem sujeitos à acusação criminal; e[11]

[11] Art. 57 da Lei n. 1.079, de 10 de abril de 1950 + RCL 42861 MC/SC.

17.2. O denunciante ou o seu procurador será intimado para oferecer libelo acusatório e o rol das testemunhas, se assim desejar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, concedendo-lhes vista dos autos em secretaria.[12]

[12] Art. 58 da Lei n. 1.079, de 10 de abril de 1950.

18. Se o denunciante não apresentar o libelo no prazo assinalado, a denúncia, acompanhada do decreto legislativo que autorizou a instauração do processo de impeachment, servirá como libelo.
19. Decorrido o prazo de 48 (quarenta e oito) horas concedido ao denunciante para manifestação, abrir-se-á vista dos autos aos denunciados ou aos seus procuradores, pelo prazo comum de 48 (quarenta e oito) horas, para oferecerem a contrariedade e o rol de testemunhas, observado o número máximo previsto no art. 401 do Decreto-Lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal).[13]
20. Esgotados os prazos conferidos ao denunciante e aos denunciados para manifestação, com ou sem o libelo e as contrariedades, serão os autos conclusos ao Presidente do Tribunal de Julgamento, que deliberará sobre eventuais pedidos de diligência, e designará a data e o horário da sessão de julgamento para os próximos 20 (vinte) dias e mandará intimar denunciante e denunciados, seus procuradores e as testemunhas.[14]

[13] Art. 58 da Lei n. 1.079, de 10 de abril de 1950.
[14] Arts. 59 e 60 da Lei n. 1.079, de 10 de abril de 1950. O parágrafo único do art. 60 estabelece que "entre a notificação e o julgamento deverá mediar o prazo mínimo de 10 dias". Como é muito difícil garantir que os denunciados e as testemunhas serão intimados na data em que a sessão for designada ou no próximo dia subsequente, sugere-se que a sessão seja designada nos próximos 20 (vinte) dias contados da data da conclusão dos autos ao Presidente do Tribunal de Justiça, para evitar intercorrências e eventuais arguições de nulidade por inobservância do prazo assinalado no parágrafo único do art. 60 da Lei n. 1.079, de 10 de abril de 1950.

21. No dia e hora marcados para o julgamento, o Tribunal de Julgamento se reunirá no Plenário da Assembleia Legislativa. Verificada a presença de todos os membros do colegiado[15], será aberta a sessão e feita a chamada do denunciante e dos denunciados, que poderão comparecer pessoalmente ou por seus procuradores, bem como das testemunhas arroladas.

[15] Não há disposição na Lei n. 1.079, de 10 de abril de 1950 que trate do quórum para julgamento definitivo. As referências que existem são em relação ao quórum para as sessões do Senado.

22. Constatada a ausência de qualquer dos procuradores dos denunciados, o Presidente do Tribunal de Julgamento adiará o julgamento e designará nova data e horário para a realização da sessão, para os próximos 20 (vinte) dias. Também designará advogado dativo para defender o denunciado não representado, facultando-lhe o exame de todas as peças do processo.
23. O processo seguirá à revelia do denunciado que, devidamente intimado, não comparecer à sessão de julgamento ou se fizer representar por procurador, aplicando-se, neste último caso, o disposto no item 22.
24. No dia e hora designados para o julgamento definitivo, verificada a presença de todos os membros do Tribunal de Julgamento, do denunciante e dos denunciados, ou de seus procuradores ou defensores dativos, e das testemunhas, será aberta a sessão e realizada a leitura de extrato ou de suas principais peças, indicadas pelo Presidente do Tribunal de Julgamento, sem prejuízo da publicação dos autos, na íntegra, no Diário Oficial da Assembleia Legislativa.
25. Questões de ordem ou manifestações pela ordem terão precedência relativamente às intervenções da acusação e da defesa, devendo ser formuladas em até 5 (cinco) minutos.[16]
26. A solução das questões de ordem será precedida de uma contradita pelo prazo de até 5 (cinco) minutos.[17]
27. Quando a palavra for concedida pela ordem ou para formular questão de ordem, não serão admitidos pronunciamentos destinados a discutir o mérito das acusações ou de qualquer de seus aspectos.[18]

[16] Reprodução de item da sessão de julgamento do Impeachment da Presidente Dilma Vana Rousseff.
[17] Reprodução de item da sessão de julgamento do Impeachment da Presidente Dilma Vana Rousseff.
[18] Reprodução de item da sessão de julgamento do Impeachment da Presidente Dilma Vana Rousseff.

28. Não caberá recurso das decisões do Presidente do Tribunal de Julgamento que resolvam questões de ordem ou outras que digam respeito ao regular andamento dos trabalhos.[19]

[19] Reprodução de item da sessão de julgamento do Impeachment da Presidente Dilma Vana Rousseff.

29. Na sequência, haverá a inquirição das testemunhas da acusação e da defesa, fora da presença umas das outras, por meio do seguinte procedimento:[20]

[20] Adaptação de item da sessão de julgamento do Impeachment da Presidente Dilma Vana Rousseff.

29.1. A testemunha será chamada na ordem constante do rol apresentado pela acusação e pela defesa, acomodando-se em lugar previamente designado.
29.2. A testemunha será qualificada e prestará o compromisso legal.
29.3. O Presidente do Tribunal de Julgamento inquirirá as testemunhas, podendo complementar as arguições dos demais arguentes sobre pontos não esclarecidos, a qualquer tempo.
29.4. Membros do Tribunal de Julgamento poderão formular suas questões diretamente às testemunhas.
29.5. Ato contínuo, a acusação e a defesa, ou seus procuradores, nessa sequência, formularão suas perguntas diretamente às testemunhas arroladas pela acusação, invertendo-se a ordem quando se tratar das testemunhas indicadas pela defesa,
29.6. Não serão admitidas, pelo Presidente do Tribunal de Julgamento, perguntas que puderem induzir a resposta, que não tiverem relação com a causa ou que importarem na repetição de outra já respondida, ainda que veiculadas com palavras diferentes.
29.7. As perguntas e eventuais reperguntas deverão ser feitas objetivamente, sem necessidade de fundamentação, a fim de que as testemunhas não sejam induzidas, ainda que inconscientemente, às respostas.
29.8. Às testemunhas não será permitido fazer apreciações pessoais, salvo quando inseparáveis da narrativa do fato.
30. Caso compareçam, será facultado ao denunciante e aos denunciados fazer uso da palavra, pelo prazo de até 30 (trinta) minutos, prorrogáveis a critério do Presidente do Tribunal de Julgamento, sendo a seguir interrogados, por este e pelos demais membros, pela acusação e pela defesa, nessa ordem.[21]

[21] Adaptação de item da sessão de julgamento do Impeachment da Presidente Dilma Vana Rousseff.

31. Encerrada a instrução, serão realizados os debates orais, podendo a acusação fazer uso da palavra por até 90 (noventa) minutos e a defesa por igual prazo, incluídos nesse tempo eventuais apartes consentidos pelos oradores. Se os denunciados não forem representados pelo mesmo advogado, o prazo será contado em dobro e dividido igualmente entre todos.[22] [23]

[22] Adaptação do § 6º do art. 175 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.
[23] Adaptação de item da sessão de julgamento do Impeachment da Presidente Dilma Vana Rousseff.

32. Serão facultadas réplica e tréplica de 60 (sessenta) minutos para cada parte.[24]

[24] Reprodução de item da sessão de julgamento do Impeachment da Presidente Dilma Vana Rousseff.

33. Concluídos os debates, em discussão única, o Presidente do Tribunal de Julgamento chamará seus membros, um a um, para discutir o objeto da acusação.[25]

[25] Adaptação de item da sessão de julgamento do Impeachment da Presidente Dilma Vana Rousseff.

34. Encerrada a discussão, o Presidente do Tribunal de Julgamento apresentará relatório resumido dos fundamentos da acusação e da defesa, bem como das respectivas provas, procedendo-se, a seguir, à votação.[26] Se houver, por parte dos julgadores, necessidade de esclarecimentos com relação ao voto do relator, poderá ser concedida vista dos autos, em caráter coletivo, pelo prazo de 5 (cinco) dias.

[26] Art. 67 da Lei n. 1.079, de 10 de abril de 1950 + Reprodução de item da sessão de julgamento do Impeachment da Presidente Dilma Vana Rousseff.

35. Presentes no mínimo 2/3 (dois terços) dos membros do Tribunal de Julgamento, estes responderão "sim" ou "não" à seguinte pergunta enunciada pelo Presidente do Tribunal de Julgamento: "Cometeu o acusado X o(s) crime(s) que lhe é(são) imputado(s) e deve ser condenado a perda de seu cargo?"[27]

[27] Art. 68 da Lei n. 1.079, de 10 de abril de 1950.

36. Não verificado o quórum previsto no item 35, a sessão será suspensa e designada nova data para a conclusão do julgamento.

37. Se a resposta afirmativa obtiver, pelo menos, 2/3 (dois terços) dos votos dos membros do Tribunal de Julgamento, será decretada a condenação dos denunciados, que ficarão desde logo destituídos dos respectivos cargos e inabilitados para o exercício de função pública. Na sequência, o Presidente do Tribunal de Julgamento fará nova consulta aos seus membros sobre o tempo, não excedente de 5 (cinco) anos, durante o qual os condenados deverão ficar inabilitados para o exercício de qualquer função pública, decisão esta que também será tomada por 2/3 (dois terços) dos votos dos membros do Tribunal de Julgamento.[28] [29]

[28] Adaptação do parágrafo único do art. 68 da Lei n. 1.079, de 10 de abril de 1950. Aqui, existe uma questão que merece atenção.

[29] Prazo de inabilitação definido na ADI 1628/SC, que tratou do art. 40, § 1º, do Constituição do Estado de Santa Catarina.

38. Se a decisão for pela absolvição, produzirá a imediata reabilitação dos denunciados, que voltarão ao exercício dos respectivos cargos, com direito à parte dos vencimentos de que tenham sido privados.[30]

[30] Adaptação da parte final do art. 70 da Lei n. 1.079, de 10 de abril de 1950.

39. Encerrada a votação, o Presidente do Tribunal de Julgamento lavrará a sentença nos autos e procederá à sua leitura.[31]

[31] Adaptação de item da sessão de julgamento do Impeachment da Presidente Dilma Vana Rousseff.

40. Ato contínuo, o Presidente do Tribunal de Julgamento solicitará a todos os seus membros que tomarem parte no julgamento que assinem a sentença e determinará sua publicação do Diário Oficial da Assembleia Legislativa.[32]

[32] Art. 69 da Lei n. 1.079, de 10 de abril de 1950 + Adaptação de item da sessão de julgamento do Impeachment da Presidente Dilma Vana Rousseff.

41. Da sentença e respectiva ata de julgamento serão devidamente intimadas as partes, dando-se conhecimento de seu teor à autoridade que deva assumir o Governo do Estado de Santa Catarina, caso a decisão tenha sido pela condenação do Governador.[33]

[33] Adaptação de item da sessão de julgamento do Impeachment da Presidente Dilma Vana Rousseff.

Tomaram parte na aprovação o Excelentíssimo Desembargador Ricardo Roesler – Presidente do Tribunal de Julgamento, o Excelentíssimo Desembargador Carlos Alberto Civinski, o Excelentíssimo Deputado Kennedy Nunes, o Excelentíssimo Desembargador Sérgio Antônio Rizelo, o Excelentíssimo Deputado Maurício Eskudlark, a Excelentíssima Desembargadora Cláudia Lambert de Faria, o Excelentíssimo Deputado Sargento Lima, o Excelentíssimo Desembargador Rubens Schulz, o Excelentíssimo Deputado Luiz Fernando Vampiro, o Excelentíssimo Desembargador Luiz Felipe Siegert Schuch e o Excelentíssimo Deputado Laércio Schuster.

O Excelentíssimo Desembargador Ricardo Roesler – Presidente do Tribunal de Julgamento, na forma do item 3 do roteiro de julgamento aprovado e acima transcrito, determinou a realização, na sequência, do sorteio do relator que atuará na etapa preliminar, de admissibilidade da denúncia, após autorizada a instauração do processo de impeachment pela Assembleia Legislativa.

O sorteio foi viabilizado pela utilização de urna para sorteio de jurados envidraçada, pertencente ao acervo do Museu do Judiciário Catarinense, e que era utilizada na comarca de Tubarão nos idos de 1972. Foram colocadas na urna cédulas dobradas de forma a impedir a identificação do nome, com os nomes dos seguintes membros do Tribunal de Julgamento: Excelentíssimo Desembargador Carlos Alberto Civinski, Excelentíssimo Deputado Kennedy Nunes, Excelentíssimo Desembargador Sérgio Antônio Rizelo, Excelentíssimo Deputado Maurício Eskudlark, Excelentíssima Desembargadora Cláudia Lambert de Faria, Excelentíssimo Deputado Sargento Lima, Excelentíssimo Desembargador Rubens Schulz, Excelentíssimo Desembargador Luiz Felipe Siegert Schuch e Excelentíssimo Deputado Laércio Schuster.

Foram excluídos do sorteio o Excelentíssimo Desembargador Ricardo Roesler - Presidente do Tribunal de Julgamento, e o Excelentíssimo Deputado Luiz Fernando Vampiro, que atuou como relator do processo perante a Assembleia Legislativa na fase anterior, consoante previsão expressão do item 3 do roteiro de julgamento aprovado e acima transcrito.

Restou sorteado como relator o Excelentíssimo Deputado Kennedy Nunes.

Fiscalizaram o sorteio o Excelentíssimo Desembargador Carlos Alberto Civinski, o Excelentíssimo Deputado Kennedy Nunes e o Advogado Rogério Duarte da Silva, designado pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de Santa Catarina, que não opuseram qualquer objeção ao procedimento realizado e ao resultado, que também não foi contestado pelos presentes.

Antes de encerrar a sessão, o Excelentíssimo Desembargador Ricardo Roesler – Presidente do Tribunal de Julgamento, consultou os membros da Corte se têm acesso aos autos do Processo de Impeachment n. 00754 (Representação n. 0001.5/2020) em meio eletrônico. Todos responderam positivamente com exceção do Excelentíssimo Deputado Maurício Eskudlark e do Excelentíssimo Desembargador Rubens Schulz, tendo o Presidente determinado que seja franqueado o acesso de Suas Excelências à pasta compartilhada em que se encontram os arquivos digitais.

A sessão foi pública, transmitida pela internet e pela TVAL.

Para constar, lavro a presente certidão e dou fé.

Florianópolis, 25 de setembro de 2020.

Ane Caroline Scheffer

Secretária do Tribunal de Julgamento do Processo de Impeachment n. 00754 (Representação n. 0001.5/2020)

* * *